

Senado formaliza hoje novo prazo para Zélia

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — O prazo extraordinário de 24 horas para que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, envie ao Senado a relação dos saques acima de Cz\$ 500 mil realizados na rede bancária entre 15 de fevereiro e 15 de março, deve começar a valer a partir de amanhã, esgotando-se na quinta-feira. O presidente do Senado, Nelson Carneiro, formaliza hoje o prazo de 24 horas em ofício a ser remetido ao secretário-geral do Gabinete Civil, Marcos Coimbra.

Se a ministra Zélia continuar se negando a fornecer os dados, pedidos através de um requerimento de informações de autoria do líder do PSB, senador Jamil Haddad (RJ), será feita uma sessão especial do Senado para aprovar, por maioria simples, o início de um processo por crime de responsabilidade. Neste tipo de processo, o plenário do Senado é conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e, com base na Constituição, pode cassar o cargo da autoridade julgada, tornando-a, também, inabilitada para funções públicas por um prazo de oito anos. A decisão exige voto favorável de dois terços dos 75 senadores, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

A decisão do Senado de dar um novo prazo a Zélia, mesmo sem cobertura regimental, foi anunciada informalmente por Nelson Carneiro na quinta-feira, depois que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer do senador Jutahy Magalhães (PSDB/BA) considerando sem fundamento a alegação da ministra — o sigilo bancário — para não fornecer a relação de saques nas vésperas da decretação do Plano Collor. Ontem à tarde, Nelson Carneiro chegou ao plenário disposto a formalizar a decisão e autorizar sua oficialização à ministra, mas terminou adiando a providência para hoje, já que Jamil Haddad estava ausente.

Nelson Carneiro considera que não cabe mais qualquer protelação, pois a Constituição é muito clara na determinação de que autoridades governamentais observem com rigor o prazo de 30 dias para responder a requerimentos de informações pedidos por parlamentares e encaminhados pelas mesas da Câmara e/ou Senado. Para que o processo seja iniciado basta que metade mais um dos senadores presentes à sessão especial aprovem o requerimento neste sentido.